

A FARINHADA COMO ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO CAMPONESA DIANTE DOS EUCALIPTAIS NO BAIXO PARNAÍBA (MARANHÃO, BRASIL)

Adielson Correia Botelho

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Geografia, Campinas, SP, Brasil

adielsonbotelho@gmail.com

RESUMO

O Baixo Parnaíba, no estado do Maranhão, Brasil, caracteriza-se como o novo “Eldorado do Agronegócio”. Destaca-se, o avanço dos plantios de eucalipto e a pressão fundiária na região cada vez mais presente. Por outro lado, os camponeses usufruem da farinha como a principal estratégia econômica para resistir na luta pela/na terra e assegurar a sua manutenção. Baseados em pesquisas de campo (empírica), levantamento bibliográfico e documental, evidencia-se que, no período entre 1990 e 2018, o Baixo Parnaíba viveu importantes transformações em espaço agrário. Observa-se que a farinha representa, mais que uma estratégia econômica, ela concretiza-se como processo de sociabilidade, momento em que o grupo compartilha conhecimentos, valores culturais, regras, costumes, trocas de produtos importantes para assegurar a condição de reprodução social do grupo.

Palavras-chave: Resistência camponesa. Agronegócio. Baixo Parnaíba.

THE FLOUR AS A STRATEGY FOR THE MAINTENANCE OF THE PEASANT CONDITION BEFORE THE EUCALIPTAIS IN THE BAIXO PARNAÍBA (MARANHÃO, BRAZIL)

ABSTRACT

The Baixo Parnaíba, state of the Maranhão, Brazil, is characterized as the new "Eldorado of Agribusiness". It is noteworthy the advance of eucalyptus plantations and land pressure in the region increasingly present. On the other hand, the peasants enjoy flour as the main economic strategy to resist the struggle for/on the land and ensure its maintenance. Based on field research (empirical), bibliographic and documentary survey, it is evident that, in the period between 1990 and 2018, the Baixo Parnaíba experienced important transformations in agrarian space. It is observed that flour represents, more than an economic strategy, it is realized as a process of sociability, a moment in which the group shares knowledge, cultural values, rules, customs, exchanges of important products to ensure the condition of social reproduction of the group.

Keywords: Peasant resistance. Agribusiness. Baixo Parnaíba.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar o complexo da farinha como a principal fonte econômica e social da manutenção da condição camponesa de pequenos agricultores do povoado Todos os Santos, no município maranhense de Urbano Santos, diante da expansão da produção do eucalipto – destinada à produção de carvão vegetal e resíduos de madeira para biomassa na região conhecida por Baixo Parnaíba, estado do Maranhão.

Para tal, buscamos evidenciar que o complexo da farinha apresenta-se como uma das diversas estratégias econômicas e sociais, das quais as famílias camponesas empoderaram-se para resistir e lutar pela/na terra frente à crescente expansão do cultivo, em larga escala, do eucalipto.

Desde modo, a farinha destaca-se como processo de fabricação de farinha, além de uma infinidade de subprodutos, a partir da mandioca (*Manihot esculenta*) e os complexos saberes a ela associados, a qual tem sido estudada, mais profunda, por diferentes autores, como Emperaire (2005), Pinto (2005), Adams et al. (2006), que têm levantado a necessidade de serem inventariados e reconhecidos como patrimônio das camponeses tradicionais na região.

Por outro lado, a implantação e expansão dos campos de eucaliptos na região, implicam, primeiro e, fundamentalmente, no processo de expropriação camponesa, resultando, desta feita, na incorporação

de suas terras à exploração capitalista e ao mercado fundiário internacional, tal como focalizado por autores clássicos e contemporâneos da Geografia, Sociologia e da Antropologia, dentre os quais se destacam principalmente Ariovaldo de Oliveira (1987), Bernardo Mançano Fernandes (1996, 2001); José de Souza Martins, (1981, 1991), Margarida Maria Moura (1978, 1984, 1988) dentre outros.

Outrossim, neste trabalho, adotamos o conceito de campesinato, teorizado por Fernandes (2016) como forma de organização do trabalho e da produção – familiar e não capitalista. Ademais, a especificidade da economia camponesa em relação à economia capitalista, demonstrada por Chayanov (1976) e por Oliveira (1987) como a economia ancorada na unidade de trabalho familiar, voltadas para as necessidades da família. Assim, sabe-se que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo e não o lucro. Ressalte-se, contudo, que o campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa se constitui num “sujeito social” cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas, ainda inseridos na economia capitalista (CARVALHO, 2005, p. 171).

Destaca-se no artigo o interim entre 1990 e 2018, período no qual se deu as primeiras implantações de projetos agroflorestais na região, cujas transformações da cobertura florestal do cerrado, resultaram, deste modo, em impactos, principalmente, às atividades econômicas camponesas: agrícolas, extrativas, pesca e criação de animais – das quais mantêm relação íntima com a natureza, somada aos sistemas complexo de saber se dá ao longo de gerações.

A metodologia de trabalho consistiu, no primeiro momento, em pesquisa empírica (trabalhos de campo) desenvolvidos no povoado Todos os Santos, município de Urbano/MA, em 2011, 2012 e 2017 – as duas primeiras atividades aconteceram em função de pesquisas de iniciação científica e, a terceira, em virtude de pesquisa de mestrado, a fim de realizar: observação direta, entrevistas semiestruturadas com lideranças sindicais do município e lideranças camponesas do povoado – ao todo, foram cinco entrevistados (dois camponeses de Todos os Santos e três sindicalistas, cujos nomes foram substituídos por “camponês”, com a finalidade de resguardá-los); produção de registros fotográficos e anotações sistemáticas em caderno de campo. Em seguida, foi realizado levantamento bibliográfico e documental – livros, teses, dissertações, artigos de periódicos, artigos de jornais, banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, onde se procurou direcionar a pesquisa de acordo com a observação da produção do espaço.

Dessa maneira, há certos questionamentos sobre as formas pelas quais os camponeses estão se mantendo sua reprodução social na terra diante de avanço dos eucaliptais no Baixo Parnaíba: Como o processo da farinha fortalece os camponeses, gera renda, sobrevivência e dá condições de resistência no Baixo Parnaíba? Quais os impactos dos eucaliptais nas chapadas e os riscos (sociais e ambientais) para a desestrutura camponesa?

DA ROÇA À CASA DE FARINHA – A ECONOMIA CAMPONESA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NO BAIXO PARNAÍBA

O Baixo Parnaíba é um grande território que se localiza no Maranhão, próxima à divisa com o estado do Piauí. Apresenta zonas geomorfológicas integrando o bioma cerrado (embora possa ser considerada, em relação a recursos naturais aí existentes, uma área de transição entre cerrado, caatinga e floresta amazônica), as formações florestais dessa região são classificadas, localmente, como chapadas, carrascos, baixões, matos e capões, cada uma delas estrategicamente importante para as distintas atividades camponesas (BOTELHO, 2017).

Nessa conjuntura, o Baixo Parnaíba compreende o resultante do processo geohistórico de conquista e ocupação territorial do Cerrado do Meio Norte, revela as ilusões e incoerências de tais fronteiras, já que esse processo se deu por fluxos de diversos grupos humanos, cujas fronteiras, nesse caso, seriam fluidas e amplas horizontalmente. Esses processos transcenderiam a cartografia tradicional, para além do talvegue do rio Parnaíba - divisa natural entre os atuais estados do Maranhão e Piauí -, já que se reconfiguram pela plasticidade de movimentos migratórios espontâneos ou das frentes de expansão colonizadoras que partem do Sertão Baiano, Pernambucano e Cearense, tipicamente de Caatinga, em direção ao Cerrado do Meio-Norte (ANDRADE, 2011; OLIVEIRA, 2015; BOTELHO, 2017).

O território em questão, já conheceu diferentes conformações em termos de suas fronteiras político-administrativas, assim como integrou distintas unidades de planejamento econômico ao longo do tempo. No entanto, consideramos aqui, constituir o Baixo Parnaíba como um conjunto de territórios alternativos, assim como as formas oficiais de manipulação desse espaço, a partir do jogo de escalas espaço-temporais (HAESBAERT, 2011, p. 101-115) que os envolvem, cujo Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense/FDVPBM atua, a qual compreende vinte e um municípios. Dentro de classificações oficiais (aquelas do IBGE, por exemplo) eles estariam distribuídos entre quatro microrregiões: todos os quinze municípios das microrregiões de Baixo Parnaíba Maranhense e de

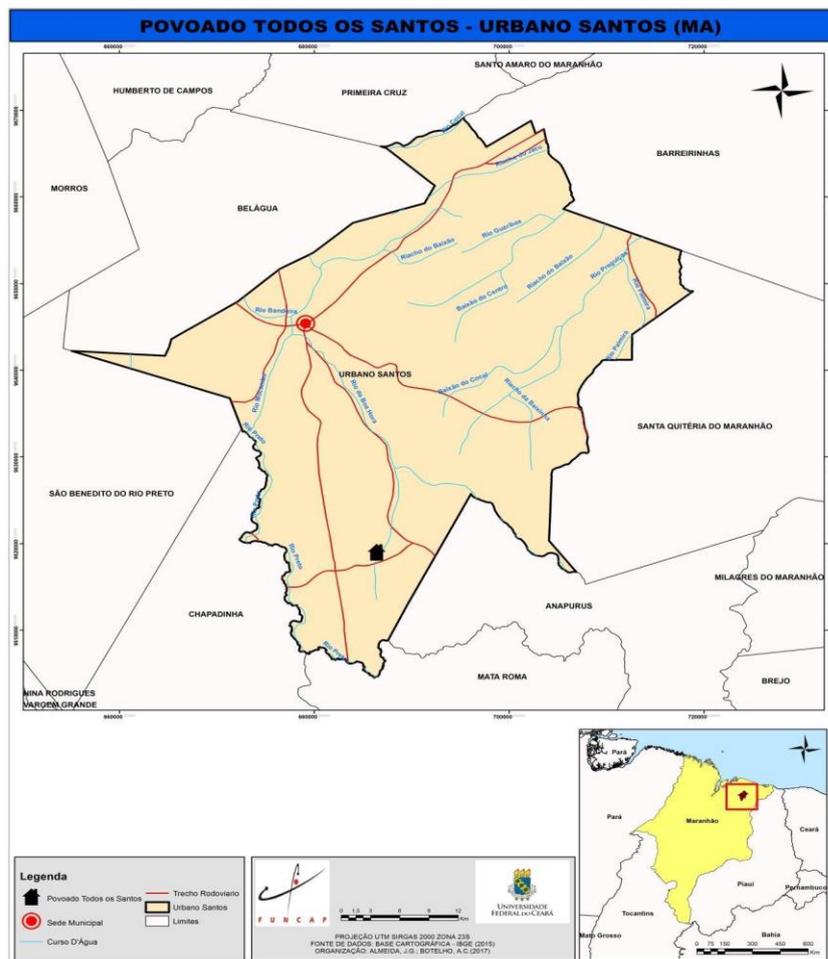
Chapadinha, três da microrregião de Coelho Neto e, por fim, mais três da microrregião de Lençóis Maranhenses.

Importante mencionar, que o FDVPBM é um canal de discussões, denúncia e tomada de decisões, criado no ano de 2001 pela articulação de várias entidades, dentre as quais citamos: Pastorais Sociais da Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações de Moradores e de Bairro de alguns municípios maranhenses alcançados por problemas diversos, decorrentes da implantação de empreendimentos do eucalipto, soja e cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2015, p. 63).

Além disso, o FDVPBM constitui-se como um espaço de empoderamento e resistência, oportuniza a articulação política na promoção, luta e proteção por direitos na região do Baixo Parnaíba Maranhense, cujo principal objetivo consiste em mediar o diálogo com autoridades governamentais; cobrar o devido posicionamento dos órgãos competentes em situações de violações aos direitos humanos das comunidades tradicionais, que lutam pela garantia da terra com dignidade na região. O Fórum realizada audiências, onde discute questões como a regularização fundiária de terras tradicionalmente ocupadas por famílias camponesas; acompanha processos de licenciamentos ambientais e fiscalização de impactos (sociais e ambientais) provocados por empreendimentos licenciados; segurança pública e proteção às comunidades ameaçadas.

Urbano Santos localiza-se em área de cerrado, leste do Maranhão pertence, respectivamente, às regiões imediata e intermediária de Chapadinha e São Luís, população estimada em 33.459 habitantes de acordo com o IBGE (2020). Por sua vez, o povoado Todos os Santos, encontra-se na porção sul do município, na zona rural, distante cerca de 38 km da sede municipal (Figura 1), caracterizado por ser um núcleo residencial com sessenta e seis famílias, em torno do qual são estabelecidas as roças em alternância ao uso das formações florestais regionalmente classificadas por mato, carrasco, chapada e baixos.

Figura 01 - Mapa de localização de Urbano Santos e do povoado Todos os Santos.



Fonte - BOTELHO (2017).

A cultura da farinhaada - cuja atividade consiste numa complexa apuração da mandioca (*Manihot esculenta*), a qual transcorre desde a preparação do solo – plantação – manutenção – arrancadas (colheita) da chamada *roça de inverno* do ano anterior – até na casa de farinha ou casa de forno – edificação onde são fabricados os produtos – etapa essa que configura a farinhaada em si, conforme a (Figura 2), a qual ocorre nos meses de julho a outubro, no auge do calendário de suas atividades econômicas.

Figura 02 - Etapas da implantação das roças: 1. Medição, acercamento e preparo do solo; 2. Maniva selecionada para plantio; 3 e 4. Maniva sendo plantada; 5. Capina da roça; 6. Roça de mandioca e; 7. Colheita da mandioca.



Fonte - Elaborado pelo autor.

Nesse âmbito, o processo da farinhaada envolve várias etapas do trabalho com a mandioca (*Manihot esculenta*) e envolve o empenho intenso que demanda o preparo de vários tipos de farinha (farinha seca [branca], farinha d'água, farinha de puba), goma (fécula utilizada para produção de beijus/tapiocas), grolado e ração animal (casca da mandioca desidratada). Carvalho (2012) compreende a farinhaada como um complexo evento social que não se restringir à abordagem estritamente econômica, como simplesmente uma atividade subsequente às atividades agrícolas, ou meramente como mais uma etapa das atividades produtivas.

Comumente, a família camponesa costuma se reunir para o trabalho intenso na farinhaada. A esse respeito, Oliveira (1987) enfatiza que “a força de trabalho familiar é o motor no processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo”. A farinhaada também exige bastantes tarefas, neste particular, a família extensiva, de modo geral, troca dias de trabalho com amigos e vizinhos. Esta prática é colocada por Tavares dos Santos (1978, p. 62) como “ajuda mútua entre os camponeses, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou troca pura e simples de dias de trabalho entre eles”.

Como dito acima, a farinhaada, ou maior parte dela, ocorre na casa de farinha ou forno, que se localiza geralmente no quintal, espaço esse que se constitui numa construção fixa a qual se assemelha ao formato de uma casa de moradia, sendo geralmente coberta com palhas de palmeiras nativas, como babaçu (*Attalea speciosa*), buriti (*Mauritia flexuosa*) ou carnaúba (*Copernicia prunifera*). É estruturada por:

Engrenagens utilizadas para farinhaada como o triturador de mandioca, chamado de catitu; o motorzinho; a prensa; o forno com paredes feitas de barro com lâmina de ferro ou cobre para assar a massa de mandioca, e, transformá-la em farinha e outros produtos derivados; além de objetos de armazenamento dos produtos intermediários e finais desse processo (BOTELHO, 2017, p. 91).

Em geral, uma casa de farinha é utilizada por vários grupos domésticos unidos por relações específicas de parentesco, compadrio e vizinhança. Acerca dessa relação, Tavares dos Santos

(1979) é categórico em afirmar que “quanto maior a complexidade das atividades, mais excedente se reproduz localmente”.

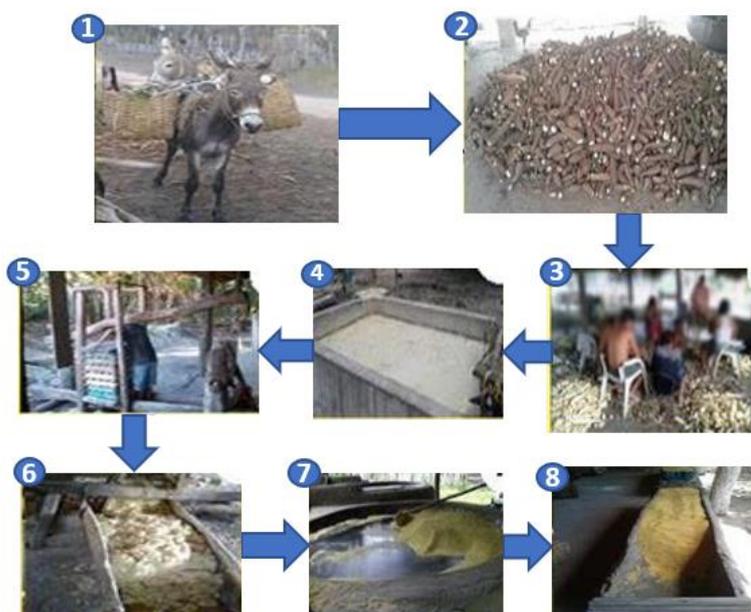
Para cada subproduto produzido a partir da mandioca é utilizado uma espécie diferente da planta, por exemplo, para a *farinha seca* – ou branca é utilizada a mandioca da espécie branquinha (*Manihot esculenta Crantz*). A mais comum em Todos os Santos é a da espécie pitanga, cuja tonalidade avermelhada, é ideal para o preparo da farinha d’água – a mais rentável economicamente. Esse tipo de produto exige profundo saber do produtor, pois emana conhecimento sobre o tipo de mandioca e o modo de preparo:

Ela é feita com uma mandioca que se chama pitanga, ela já, não precisa de tinta, a tinta dela já traz com ela mesmo, já é mesmo da natureza mesmo, ela é amarelinha, ela é todinha desse jeito aqui, amarelinha, não tem negócio de você botar uma tinta não, ela já vem a cor da natureza. A mandioca boa para farinha seca é a branquinha, a tomásia, que nós não tem mais, a branquinha tem muito, dá uma farinha muito gostosa, é essa mandioca pitanga pra nós fazer farinha puba, é boa dá uma farinha de primeira, mas acho que de primeiro nós plantava essa branquinha, anajzinha a produção dava mais, tinha muita produção, praiana, tem uma mandioca chamada praiana ela é boa também, fazer farinha puba, ta com tempo que o saco ou paneiro a farinha ta assim roxa, também é boa, pitanga é a mais gostosa, comer como é gostosa, fazer a farinha gostosa (CAMPONÉS de Urbano Santos. Outubro de 2017).

A fabricação da farinha d’água, considerada como o produto mais rentável economicamente da mandioca, começa quando tubérculos são depositados no pátio dessa unidade de beneficiamento para serem descascados e, após, são colocados na água em um reservatório (tanques de concreto com tijolos, caixas de fibra, e grandes pneus) ou, ainda, em sacos de fibras de *nylon* dentro do rio (ou outro corpo d’água) para amolecer.

Após ficarem de molho por três ou quatro dias, os tubérculos são triturados (raízes da mandioca) no caititu, um moedor, feito de madeira, que possui um cilindro com lâminas afiadas e gira por meio de motor a diesel ou elétrico. Depois de ralada, a massa é colocada em uma prensa para retirar o excesso de líquido; é peneirada para suprimir os talos e, só depois disso, colocada no forno, uma grande peça de metal aquecida com fogo à lenha. Essa massa é mexida com uma espécie de rodo de madeira, de forma constante e com movimentos característicos, conforme o estágio de torrefação, até a *farinha* ser considerada pronta. Outros produtos podem ser extraídos da mandioca para a feitura de *beijus*, *bolos*, *grolados*, *tipioca* e outros subprodutos (Figura 3).

Figura 3 - Etapas do processo de fabricação da farinha: 1. *Carga* de mandioca transportada por jumento da roça até a casa de farinha; 2. Mandioca no pátio da casa de farinha; 3. Trabalhadores raspando (descascando) a mandioca; 4. Mandioca de molho para *amolecer*; 5. Prensa para secar a massa; 6. Massa seca; 7. Torra da massa, transformada em farinha; 8. A produto em último estágio, a farinha no cocho.



Fonte - elaborado pelo autor.

Conforme Moura (1988) o trabalho familiar camponês abastece a casa de moradia alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade. Na entrevista, percebemos que a produção de *farinha* é destinada, primeiro ao consumo da unidade familiar e, depois, à venda. Típico do processo de existência e reprodução camponesa como Ariovaldo Oliveira (1987) nos lembra de que no trabalho camponês uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, camponês, como meio de alimentação imediata e, a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Portanto, circulação da produção camponesa, conforme Moura (1988) propicia, uma reprodução simples da riqueza, isto é, sem acrescentá-la nem a diminuir.

Parte da produção da farinha d'água é comercializada na área urbana de Urbano Santos, porém, os principais compradores são os municípios de Chapadinha, pois o município é o mais populoso do Baixo Parnaíba Maranhense, cuja população estimada pelo IBGE em 80.195 habitantes. O produto é vendido, geralmente, para atravessadores – pessoas que compram do produtor e vendem aos comerciantes.

Ressalta-se, também, a importância sobre a parceria, no caso familiar, na produção da casa de farinha e alambique, embora envolva a relação pai e filho, a produção é dividida, uma vez que são duas unidades doméstica familiar camponesas distintas, já que o filho pertence a outra unidade. A esse respeito, Tavares dos Santos (1978), enfatiza que essa relação se caracteriza pela parceria, na qual a produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade. Assim o camponês, ao contratar um parceiro, divide com ele os custos e ganhos.

Igualmente importante, como parte do complexo da farinhada, a fabricação da tiquira, aguardente típica bastante conhecida na região por sua cor lilás ou clara, produzida a partir da sacarificação e fermentação da mandioca, cuja produção se dá nos alambiques. Nesse específico, a produção ocorre de forma artesanal por pequenos produtores e sua comercialização se faz no mercado informal, não havendo dados estatísticos de produção e nenhum registro de produtor no Ministério da Agricultura ou Produção Agrícola Municipal/IBGE. O Maranhão se destaca como principal produtor da aguardente, visto que a fabricação está concentrada nos municípios do Baixo Parnaíba e Lençóis Maranhenses como Santa Quitéria do Maranhão, Barreirinhas, Humberto de Campos, Santo Amaro e Urbano Santos.

As raízes são trituradas no *catitu*, a massa peneirada ganha formato de beiju e vai para o forno. Depois de assado, os beijus estocados em local sombreado, mas suficientemente quente para permitir o crescimento de bolores, cujos esporos são naturais daquela região. As raízes, após serem lavadas e descascadas, são raladas em raladores próprios e prensadas para a eliminação de uma parte de sua umidade. Os beijus contendo amido sacarificado são colocados em caixas de fibra de vidro que funciona como fermentadores normalmente e, em seguida, são cobertos com água. Após algumas horas de repouso, o meio é agitado e deixado em repouso para fermentar. Para quem tem o alambique e, a técnica de fabricação, o processo se inicia ao,

Tirar a mandioca da roça, traz pra casa e rala a mandioca, corta só a cabeça, quando rala a mandioca todinha, deixa lá, quando dá no outro dia vai lá e faz o beijo, passa quatro dias no giral, dobra o beiju para o outro, sabe que o beiju ta bom, bota caixa, quando dá de oito a nove dias, o beiju ta bom, tiquira, ninguém não bota a tiquira, só a folha da tangerina pra ficar azulzinha. (CAMPONÊS de Urbano Santos. Outubro de 2017).

A fermentação é natural e utiliza os microrganismos que ocorrem naturalmente no *beiju*, na água e na parede interna dos *côchos*. Pela descrição, trata-se de um processo descontínuo de fermentação alcoólica, que utiliza população mista de microrganismos, dentre as quais devem prevalecer cepas de leveduras alcoólicas (VENTURINE FILHO; MENDES, 2004, p. 557).

Os Alambiques são localizados nos quintais, se assemelham muito à casa de farinha, quanto sua estrutura física, construídas com madeira e cobertas de palha de babaçu (*Attalea speciosa*), buriti (*Mauritia Flexuosa*) ou carnaúba (*Copernicia prunifera*), que abriga inúmeros apetrechos (*catitu*, forno

de barro, vaso de cobre revestido de barro, etc.). Nessa edificação, há um segundo pavimento, onde os beijos são armazenados para “criar bolores” com a ação do tempo.

Atualmente, observa-se um crescente interesse do consumidor pelos produtos artesanais, com destaque para aqueles produzidos sem a utilização de insumos químicos como agrotóxicos, adubos minerais etc. Pelas características de sua produção, os fabricantes de tiquira podem perfeitamente explorar esse nicho de mercado (VENTURINI FILHO; MENDES, 2004, p. 555).

Nos mercados de São Luís a tiquira se destaca, dentre os outros produtos regionais do estado, por sua coloração lilás, para tal, segundo depoimento dos camponeses de Todos os Santos, é acrescentada, durante o processo de fabricação, a “raspa” da folha da tangerineira (*Citrus reticulata*) que é colocada para cozinhar e, em seguida, adicionada na mistura.

As roças, assim como essas unidades de beneficiamento da mandioca – as casas de farinhas e alambiques – não são apenas espaços de trabalho, mas de sociabilidade, pois são locais onde os integrantes desses grupos, de homens, mulheres, crianças, compartilham conhecimentos, valores culturais, regras, costumes, trocas de produtos importantes para a manutenção e reprodução social do grupo.

Há outras formas de renda para as famílias camponesas de Todos os Santos e região, como o Programa Bolsa Família; as aposentadorias dos idosos; programas de fomento à agricultura, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Contudo, a farinha representa o principal esteio financeiro principal para as famílias, uma vez que gera renda, ocupação, autonomia e sobrevivência na terra – lutando por ela, em vista disso, o trabalho assalariado e precário nos campos de eucalipto apresentam-se como alternativa econômica menos sedutora.

Politicamente, o povoado Todos os Santos, representado por associação de moradores, junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urbano Santos e de toda região do Baixo Parnaíba, no Maranhão têm se mobilizado para levantar estratégias de resistências, como por exemplo, a regularização fundiária junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA); buscando assessoria jurídica junto à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Secretaria Estadual de Direitos Humano.

A EXPANSÃO DO EUCALIPTO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BAIXO PARNAÍBA

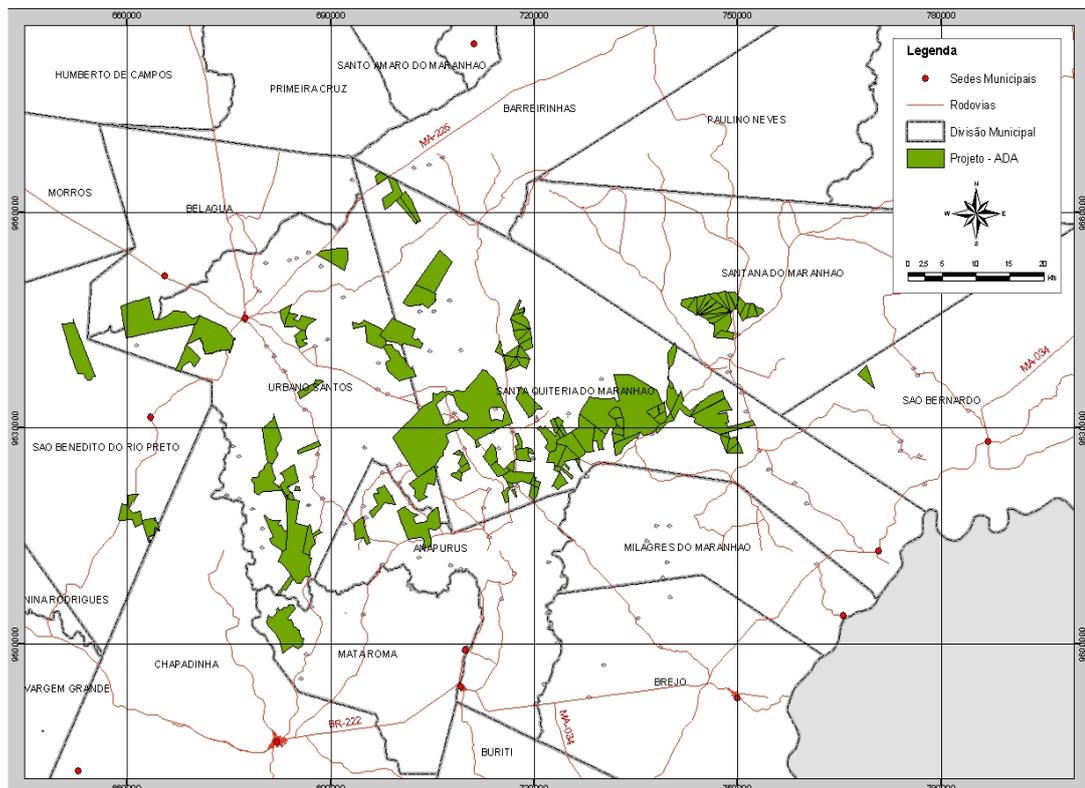
No Maranhão, os anos de 1980 marcam a o início da instalação, em caráter experimental, em diversas localidades da microrregião de Chapadinha, por empresas nacionais voltadas ao cultivo de eucalipto com vistas à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal. Empresas essas vinculadas às atividades da *área de influência* de grandes projetos desenvolvidos pelo Programa Grande Carajás – apesar dessa região não fazer parte oficialmente deste programa (PAULA ANDRADE, 1995; GASPAR, 2010).

Quase duas décadas depois, e, após a ação devastadora da empresa MARFLORA Ltda, pioneira na região, a Suzano Papel & Celulose assumiu aqueles chamados *projetos de manejo florestal sustentado*, pretendendo dar nova destinação à floresta nativa, desta feita derrubando-a totalmente com o auxílio de *correntões* e, em seu lugar, estabelecendo o plantio de eucalipto (GASPAR, 2010).

Mais tarde, o projeto de ampliação do empreendimento da Maranhão Gusa S/A – MARGUSA, segundo informações retiradas do Estudo de Impactos Ambientais, e, do Relatório de Impactos Ambientais da empresa, produzidos pela empresa de serviços de consultoria ambiental STCP, com sede em Curitiba/PR, contempla a atividade Florestal com implantação de uma área de 42.000 ha com espécies de eucalipto e a produção de carvão vegetal. Para o desenvolvimento das atividades de implantação de plantio comercial de eucalipto o empreendimento inclui ainda, as áreas destinadas à infraestrutura (estradas e Unidades de Produção de Carvão/fornos).

A área de abrangência no Nordeste do estado do Maranhão em porções dos municípios de Urbano Santos, Belágua, São Benedito do Rio Preto, Santa Quitéria do Maranhão, Anapurus, Mata Roma, Santana do Maranhão, São Benedito, São Bernardo, abrangendo um total de 71.500 ha., e em áreas das microrregiões Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadinha e, indiretamente, Coelho Neto, Caxias e Codó (Figura 4).

Figura 4 - Localização das propriedades com plantios de eucalipto no Baixo Parnaíba.

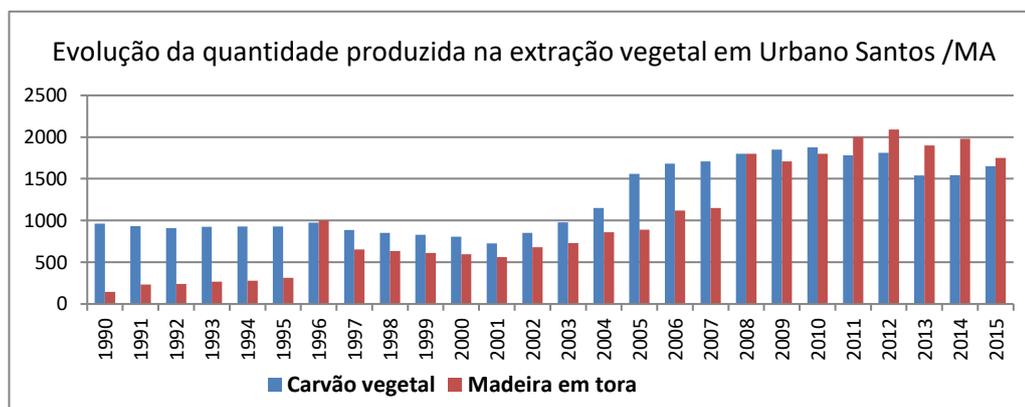


Fonte - STCP, 2006.

Os referidos empreendimentos produtores de eucalipto no Baixo Parnaíba têm como objetivo a produção de produção de carvão vegetal a fim de abastecer as siderúrgicas de ferro gusa, cuja planta Industrial está localizada no município de Bacabeira (MA) região Metropolitana de São Luís localização privilegiada e estratégica, com acesso à infraestrutura rodoviária e ferroviária e, facilidades de acesso ao porto do Itaqui na capital maranhense, favorecendo, desse modo, a competitividade do produto com relação à aquisição dos insumos, ao escoamento da produção e a proximidade do mercado consumidor.

Essas empresas foram responsáveis pelo grande salto na produção de eucalipto, sobretudo, a partir do final da década de 1990. Além da produção de carvão vegetal, evidencia-se, também, a produção de madeira em tora, em maior destaque, destinada a produção de biomassa e outras finalidades como produção de móveis, conforme observado no (gráfico 1).

Gráfico 01 - Quantidade produzida da extração vegetal de produto extrativo (1990 a 2015) em Urbano Santos/MA.



Fonte - IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

Contudo, por trás da aparente descontinuidade dessas empresas, explícita no emaranhado de razões sociais, a permanência de uma modalidade de ação econômica ancorada numa racionalidade que não prescinde da substituição da floresta original, do extermínio de espécies nativas de fauna e flora, da expropriação de milhares de famílias camponesas.

Para a implantação de um campo de eucalipto, numa área, especialmente nas chapadas (Figura 4), por serem grandes extensões de terras altas e planas, ideias para o cultivo e manejo desse tipo de atividade, são necessárias intervenções, primeiramente removendo a vegetação nativa, para tal, são utilizados tratores, na paralela unidos por uma grande e pesada corrente grande, técnica essa conhecida na região por “correntão”.

Figura 5 - campo de eucalipto em meio à chapada, 2017.



Fonte - autor (2017).

Quando os *correntões* acontecem, as árvores, de todos os formatos e tamanhos, são brutalmente arrancadas pelas raízes, arrastam troncos e galhos, além disso, muitos animais são mortos, seja atropelado ou esmado pelos troncos e galhos. No correntão, nem mesmo os lugares sagrados são respeitados, de acordo com Paula Andrade (2008), as cruzes dos cemitérios, incomodando com seu estrondo destruidor até mesmo os mortos, nos locais em que repousavam há muitas e muitas gerações. Na região, somente em alguns casos, poucas espécies são “poupadas” por forças de legislações estadual, caso do pequi e bacuri. A respeito do avanço das plantações de eucalipto e à destruição das chapadas:

O desmatamento das chapadas com a destruição de recursos nativos despontou como outro aspecto resultante das atividades desenvolvidas pelas empresas florestais no Leste Maranhense. As consequências da derrubada da mata nativa direcionaram-se, principalmente, para as famílias camponesas da região que tiveram desorganizadas suas atividades e ciclos de extração de produtos nativos e criação de animais. (GASPAR, 2010, p.69).

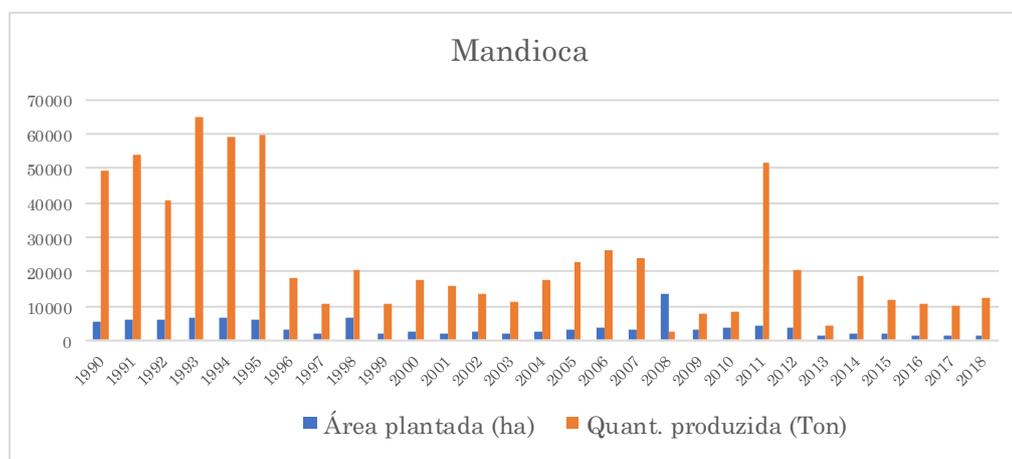
A repercussão imediata desse conjunto de projetos desenvolvimentistas, especificamente da silvicultura empresarial, apresenta transformações semelhantes para a estrutura fundiária e o

mercado de trabalho agrícola, pois fazem uso predatório dos recursos naturais, promovem a concentração fundiária, e produzem empregos de baixa qualidade (CARNEIRO, 2013).

Acrescido a esse movimento, a produção da mandioca vem diminuindo, ao passo que as áreas agricultáveis cedem lugar às plantações de eucalipto. Desta forma, os camponeses se veem, de modo repentino, diante da desestruturação total de sua economia – agricultura, extrativismo, pequena pecuária, caça, impedidas de se reproduzir socioeconomicamente, atingidas na sua identidade de produtores de alimentos, aquela determinada pela relação direta com a natureza (MOURA, 1988).

Exemplificando em números, como constatamos no (Gráfico 02), as áreas plantadas, no município de Urbano Santos, no período de 1990 até 2018, de acordo com a série temporal da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, vem diminuindo, assim como a produção da mandioca, muito embora em 1998 e 2008, tenha sido anos com mais áreas utilizadas para a cultura.

Gráfico 2 - Área plantada e quantidade produzida da produção da mandioca no município de Urbano Santos /MA (1990-2018).



Fonte - Elaborado pelo autor, a partir de dados da Produção Agrícola Municipal/IBGE.

Nos primeiros anos da década de 1990, as áreas plantadas com mandioca ocupavam áreas em média cerca de 4.223 hectares. Na década seguinte, esse número caiu para 2.339 hectares e, nos cinco primeiros anos da década da (2011-2020), 2.244 hectares foram plantados com mandioca em Urbano Santos. A quantidade produzida de mandioca também sofreu queda, em média, em relação às décadas de 1990 e 2000, foram produzidas 36.841 e 12.551 toneladas, respectivamente. Porém, de 2011 a 2015, a produtividade foi de 21.280 toneladas em média.

Observa-se no gráfico, que houve um aumento significativo na quantidade produzida de mandioca em 2011, inclusive em patamares semelhantes à primeira metade da década de 1990. Esse fato se deu em razão da grande procura por farinha d'água, somado à alta do preço do produto nos mercados das cidades da região em anos anteriores, estimulando, assim, os produtores a utilizar, precocemente, as áreas em pousio, a "reserva da terra" (período cujo solo é deixado sem utilização agrícola, para repousarem a fim de torná-lo, posteriormente, mais fértil).

A agricultura é a principal ocupação camponesa em Todos os Santos, a exemplo do que acontece em todo o Baixo Parnaíba, atividade praticada na área de solos mais úmidos, conhecidos por baixões. Além dessa, são desenvolvidas atividades secundárias, não menos importante, como a pequena pecuária; o extrativismo vegetal; apicultura; o artesanato; a caça, cujo presença da produção de eucalipto tem impactado (Quadro 1).

Quadro 1 - Atividades e impactos.

Atividade	Locais/recurso territorial	Impactos
Agricultura	Baixões, matos, carrascos	Redução gradativa das áreas agricultáveis, cujo período de “repouso” dos solos diminuiu em razão de menor oferta de terra. As plantações de arroz, praticadas no passado nas áreas de vazante do rio Chibél, não foram mais realizadas pela seca total do rio.
Extrativismo vegetal	Matos, chapadas, carrascos	Desmatamento das chapadas para plantio do eucalipto (corte e escassez do bacuri, pequi, babaçu, juçara, madeiras diversas, lenhas, plantas medicinais, frutos e folhas para alimentação humana e animal).
Artesanato	Baixões, alagados, chapadas, matos	Desmatamento (escassez da palha do buriti, piaçaba, babaçu, bambu, junco, madeiras diversas).
Pesca	Rios e lagoas	Rios e lagoas secaram, segundo os moradores, após instalação dos campos de eucalipto. O acesso à água passou a ser realizado através de poços artesianos construídos pela prefeitura municipal de Urbano Santos.
Caça	Carrascos, chapadas, matos,	Os animais se concentraram, em um primeiro momento, em pequenas áreas, cujo eucalipto ainda não penetrou tornando-se presas fáceis. Mais tarde, houve a consequente diminuição em detrimento da redução das áreas de florestas.
Pequena pecuária	Matos, chapadas	Animais de grande, médio e pequeno porte (gado, suínos, frangos) eram criados soltos, em regime de faxinal. Passaram a ser criados presos, demandando mais dedicação/tempo dos criadores e gastos com ração.
Apicultura	Quintais e chapadas	Desmatamento das chapadas para plantio do eucalipto – diminuição da oferta de flores, cujas abelhas coletam o néctar.

Fonte - elaborado pelo autor, 2021.

Além da diminuição da oferta das áreas agricultáveis, em Urbano Santos, a redução da produtividade pode estar relacionada à falta d'água, seja pelos períodos mais prolongados de estiagem, ou mesmo, em consequência provocada pelos eucaliptos que se localizam, em grande parte, à montante das cabeceiras do rio Chibél. Acerca do assunto, camponês após a chegada das empresas, a plantação de eucalipto e os cursos d'água, comentou que:

A primeira coisa que diminuiu mais foi a água que nós não têm mais, isso aqui foi a pior coisa que aconteceu pra nós foi a água, se acabou tudo. As cabeceiras d'água era aqui em cima, dá mais de légua e meia daqui até lá (...). É longe demais, na chapada, é água de um lado e outro, água correndo toda cabeceira tinha água, hoje em dia, você vai ali, água corrente, toda cabeceira tinha água. Hoje em dia você vai ali, ta vendo você achar aqui uma ponta d'água, aqui, você vai chegar perto de Urbano Santos para achar água. Você já viu pra cá? Se você quiser ir no meu brejal, no meu cercado, (...), a coisa pior do mundo que aconteceu foi o eucalipto, acabou com toda a natureza, acabou com a natureza que servia tudo enquanto, hoje em dia você não ver mais (CAMPONÊS de Urbano Santos. Outubro de 2017).

Esse trecho é muito importante para a compreensão da relação entre a lógica espacial camponesa de Urbano Santos e do Baixo Parnaíba antes da devastação dos recursos florestais pelo agronegócio do eucalipto. A falta de água prejudica as plantações, piora ainda mais em época de estiagem prolongada, uma vez que as chuvas é a única fonte para irrigação das plantações. Antigamente, conforme fala do camponês, as áreas agricultáveis eram mais húmidas, havia o rio e as terras mais molhadinhas. Para Wanderley (1995, p. 56) o acesso à terra, que é o eixo central, constitui a base

para a prática da diversificação das atividades produtivas e para a absorção do trabalho familiar no estabelecimento”.

A lenha utilizada para aquecer os fornos tanto nas atividades relativas à farinha, quanto na fabricação de tiquira, a coleta é realizada nas áreas conhecidas capoeiras e, também das chapadas. A madeira mais apreciada pelos camponeses é candeia principalmente por conta de sua maior combustão. As lenhas são cortadas e ou serradas são transportadas em jumentos. Além da diminuição da oferta de terra, sobretudo das áreas agricultáveis, resultado na redução da produção da mandioca, como vimos. O açambarcamento das chapadas, capoeiras e outros ambientes causam a menor oferta de lenha para a farinha.

Para amenizar essa situação limite, é necessário segundo Corrêa (1998) que se criem no próprio processo de produção as condições de sua reprodução; sendo assim, o processo de produção é também de reprodução. Ainda segundo Corrêa, 1998, p. 55:

A reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios. A transmissão do saber, formalizada ou não, constitui um. Outro, é dos mais importantes, é a organização espacial. Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por este alcancem um período mais ou menos logo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas à as suas necessidades viabiliza o próprio. A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro [reprodução].

A relação entre produção camponesa e características locais é relevante aqui para evidenciar o saber camponês nessas regiões, e que cada vez mais vem sendo negado, assim, expressa Rodrigues (2016, p.69),

“O saber que vem da experiência com o uso da terra, em que a caracterização não segue uma lógica científica, porém tem íntima relação com o concreto, com o vivido e o percebido. Esse saber caracteriza, diferencia, localiza e permite a implantação da atividade mais proveitosa para a cultura camponesa no espaço”.

Para Oliveira (1987) o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês, a cada ciclo de atividade produtiva, os meios de produção e força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva.

Por um lado, ao expropriar de milhares de famílias camponesas, o capital, tal como se apresenta nessa região, se apropria das terras, estas são transformadas em “terra de negócio”, em terra de exploração do trabalho alheio; apropria-se da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto (MARTINS, 1991). Diferente disso, o camponês, para o qual a terra possui um significado sagrado, a “terra como vida”, cuja faz usos para (re) produzir com a farinha – além de outras atividades econômicas e sociais, e, (re) resistir por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de vida da comunidade camponesa sofreu impactos diretos e indiretos com a instalação e expansão dos eucaliptais, mas, o camponês se mantém na terra, e a maioria é produtiva, ganha com essa produção familiar, autonomia alimentar, a sua renda principal. Além disso, os conhecimentos, as práticas e as espacialidades desses sujeitos que os ajudam a continuar desenvolvendo suas atividades no meio rural. Mesmo quando se deparam com os desafios impostos pela intensa disputa espacial, se mantêm produzindo, em especial, com a farinha.

Considerando o complexo da farinha como principal esteio financeiro e social para a manutenção da condição camponesa de pequenos agricultores do povoado Todos os Santos, no município maranhense de Urbano Santos. Por conseguinte, nos orientamos pelas seguintes questões: Como o processo da farinha fortalece os camponeses, gera renda, sobrevivência e dá condições de resistência no Baixo Parnaíba? Quais os impactos dos eucaliptais nas chapadas e os riscos (sociais e ambientais) para a desestrutura camponesa?

Em vista disso, como alguns dados puderam demonstrar, a produção em larga escala de eucalipto na região promove implicações ambientais, especialmente referente à disponibilidade de corpos hídricos

(rios, lagos, poços) e a redução das áreas agricultáveis. Por outro lado, a farinha representa a partilha de conhecimentos, valores culturais, regras de convívio, trocas de produtos importantes para asseverar a situação de reprodução social e ambiental do grupo.

Nesse sentido, é necessário destacar a importância da união dos trabalhadores, não necessariamente em associação, mesmo que haja representação política para tal, mas aqui nos referimos à solidariedade de uns aos outros, na troca de diárias e mão-de-obra. A farinha representa uma estratégia encontrada (reafirmado, na verdade) pelos camponeses de resistência no lugar, aderindo às novas tecnologias de produção, sem negligenciar seus conhecimentos. Esses sujeitos se reproduzem conforme as suas lógicas de produção, suas práticas, seus saberes e fazeres, suas características culturais os ajudam a manter-se na terra e a enfrentar os desafios de permanecer impostos pela produção de eucalipto.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de iniciação científica; à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pela bolsa de mestrado e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela atual bolsa de doutorado. Ressalte-se, a importância de cada uma dessas etapas para a construção desse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; SIQUEIRA, Andrea; NEVES, Walter; SANCHES, Rosely. “O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia”. In ADAMS, Cristina et AL. (orgs) **Sociedades Caboclas Amazônicas - modernidade e invisibilidade**. São Paulo, FAPESP/Anablume, 2008.
- ANDRADE, E. N. **O Eucalipto**. São Paulo: Ed. Chácaras e Quintais, 1939, 121p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste**. – 8a ed. São Paulo: Cortez, [1963] 2011.
- BOTELHO, Adielson Correia. **Resistência camponesa entre chapadas, carrascos e mato no Baixo Parnaíba, Maranhão**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- CARVALHO, Aline Maciel de. **Chapadas, carrascos e capões: uma abordagem antropológica sobre camponeses numa situação de conflito fundiário no Baixo Parnaíba, Maranhão**. 2012. 235 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas [1924]. In: **Revista Análise Social**, vol. XII, n. 46. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1976. p. 477-502. CLEMENT, C. R.;
- CORREIA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo; Ática, 1998.
- DEAN, W. A Ferro e Fogo: **A história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EMPERAIRE, Laure. “A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio” in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, No 32, 2005. p. 31-43.
- GASPAR, Rafael B. **O Eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. São Luís: Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGCSOC/UFMA, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Duas visões do comportamento camponês. In: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 259-282.

- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. - 2a ed., 2a reimpr. - São Paulo: Contexto, 2011. 188 p.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em várias datas.
- LIMA, Walter de Paula. **Impactos ambientais do eucalipto**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993. p. 302.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência. A questão política no campo**. 3. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.
- OLIVERA, Danniell Madsson Vieira. **Das varedas das encostas às variantes da firma no Baixo Parnaíba Maranhense: as (re) organizações territoriais como forma de manutenção camponesa diante da ação de uma grande empresa – Suzano celulose** (Dissertação de mestrado); Niterói, 2015.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. (et al). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. 225 f. Relatório de Pesquisa. GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012
- PAULA ANDRADE, Maristela de. “A Produção de Carvão Vegetal no Leste Maranhense: consequências da devastação do cerrado e da concentração fundiária para a economia camponesa”. In: GONÇALVES (org.). **Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?** Relatórios de pesquisa. São Luís: CPT, 1995.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2008. 228 p.
- PINTO, Maria D. Nogueira. Sabores e saberes da casa de mani: a mandioca nos sistemas culinários, in CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 32, 2005. p. 280-302.
- RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. (Coleção Ciências Sociais, Série Realidade Social). São Paulo: Hucitec, 1978.
- STCP ENGENHARIA DE PROJETOS Ltda. **EIA-RIMA da área destinada a implantação do projeto florestal da MARGUSA no Nordeste do Estado do Maranhão**. Curitiba: STCP, 2006.
- VENTURIERI, G. A. Bacuri and cupuassu. In: NAGY, S.; SHAW, P. E.; WARDOWSKI, W. G. (Ed.). **Fruits of tropical and subtropical origin: composition, properties and uses**. Lake Alfred: Florida Science Source Inc., 1990. p. 178-192.

Recebido em: 15/02/2021

Aceito para publicação em: 14/09/2021